

## As classes pobres também querem instruir-se

O problema da instrução, principalmente, a das classes pobres, tem sido sempre desprezado em Portugal. Em relação aos outros países da Europa—triste é constatá-lo—marchamos na rectangulada. Enquanto no estrangeiro se facilita a todos a gente o acesso a todas as escolas, onde se ensinem os mais variados ramos da ciência humana, em Portugal dificulta-se.

*A Batalha* esforçou-se por impelir os governantes até ao cometimento

de uma profunda reforma da instrução. Houve um ministro que levou ao parlamento uma proposta de lei que, não sendo uma obra perfeita, tinha, entretanto, o condão, se fosse aprovada e executada, de abrir as portas das escolas às classes pobres e aperfeiçoar o ensino primário e técnico. Essa proposta foi posta de parte, porque as camarilhas políticas aproveitavam apenas o seu tempo no parlamento na discussão estéril dos seus apetites pessoais. Essa ocasião única de produzir-se algo de útil passou. O tempo começo a rodar insipidamente e a proposta esqueceu.

O actual ministro da Instrução está procedendo a uma reforma. Esta, porém, limita-se a alterar o que estava num sentido que não nos parece dos mais acertados, visto que os benefícios para as classes trabalhadoras não são nenhumas, antes se lhes cercaram alguns direitos no ensino técnico. A reforma do actual ministro actua, porém, de preferência no professorado. Nas escolas populares não vimos nenhuma. E algumas que existiam, embora imperfeitas, como as Escolas Primárias Superiores, foram encerradas não sem prejuízo dos alunos que as frequentavam, quase todos pertencentes às classes operárias.

Facilidades de instrução não as notamos. Ainda há poucos dias os jornais—entre eles *A Batalha*—se referiram a um caso grave: o aumento do custo das propinas. Os alunos da 4.ª classe dos liceus que pagavam, por ano, de matrícula e propinas a quantia de 196\$00, passaram este ano a pagar quase o dobro, isto é, 305\$30. Ora, todos sabem quantos sacrifícios custa a certas famílias o pagamento de 196 escudos. O aumento impossibilita muita gente de manter seus filhos nos estudos. Há famílias que têm mais de um filho a estudar; com o novo aumento, se não tiverem alguns meios de fortuna não poderão mantê-los no liceu. Coarta-se assim aos filhos dos operários, cujas férias são tão resumidas, o direito de estudarem.

Não seria mais lógico que o ensino, em vez de encarecer, barateasse?

Notas & Comentários

— \* —

Duplamente burro

O Portugal lá vinha novamente domingo tratando de assuntos operários. Referia-se agora ao Congresso Operário de Lisboa mas com tal infelicidade que conseguiu o prodigo de dizer em cada linha a bonita soma de dez asneiras. A mais flagrante é a de que os operários da construção civil deveriam pedir à Câmara que mandasse executar uma série de obras e reparações nos prédios de Lisboa. Que lhes parece a inteligência do " mestre"? Num congresso de todos os sindicatos tratar-se de um caso que diz respeito apenas a uma indústria! Esse assunto é de competência das assembleias da construção civil e já foi nelas tratado e de harmonia com essas resoluções foi reclamado às várias vereações alfaínhas que não lhe ligaram importância. Toda a gente sabe isto, só na cabeça daquele burro é que não há forma destas comessinhas coisas entrarem. Não seria melhor o Portugal recolher-se à sua insignificância de burro de que estar a incomodar-nos com as suas desmedidas orelhas?...

Muito grave!

decerto estranhariam como nós estranhemos que um jornal monárquico possa atacar livremente várias personalidades de relévo da actual situação política, só por elas não serem tão reacionárias como os partidários do regime deputo pretendem. Isso é muito grave, tão grave que não nos atrevemos a fazer-lhe o menor comentário...

O direito de asilo

Um fingido correspondente da *Epocha* em Paris mostra-se descontente com o facto de os refugiados políticos que se encontram em França abusarem do direito de asilo. Não queremos discutir se isso é verdade ou mentira. Pretendemos apenas que a *Epocha* nos diga se os monárquicos que invadiram há anos o país, armados e equi-

## TRANSFORMAÇÕES CIDADINAS

### A situação dos operários desempregados não se compadece com algumas das medidas tamarárias sobre as reformas da cidade

As reformas da cidade, que mudarão a fisionomia a algumas das artérias, continuam a preocupaçao atenções da comissão administrativa da Câmara Municipal. Depois da demolição dos velhos mercados cittadinos surge agora a transformação da Praça dos Restauradores para, asseveram os reformadores, dotar aquela praça de condições para o grande movimento de veículos que ela já tem.

Pela proposta do vereador sr. Quirino da Fonseca aquela praça, depois de transformada, começará na rua 1.º de Dezembro e terminará à Calçada da Glória ou rua dos Condes desaparecendo tudo que hoje existe no espaço compreendido entre o final da rua 1.º de Dezembro e a esquina da rua dos Condes, excepto o monumento, e passando a Avenida da Liberdade a compreender, entre o espaço da rua dos Condes à Praça Marquês de Pombal.

Os quiosques, os bancos, as árvores, as placas ajardinadas, em tudo quanto não seja pavimento perecerá sob a ação demolidora da picareta camarária.

Numa entrevista que o vereador acima referido concedeu ao *Diário da Manhã* disse que as obras de transformação da Praça dos Restauradores iam começar logo que estivessem concluídos os trabalhos de modificação nos mercados.

Não concordamos. As transformações que vai passar a cidade têm para nós um duplo valor: acabar com velharias dando a cidade dos melhoramentos necessários à primeira cidade do país e atenuar a crise de trabalho que aponta a operariado.

Naos em Espanha, abusaram ou não do direito de asilo? E ficamos à espera da resposta...

#### Liberdade...

Os católicos mexicanos, referimo-nos aos assalariados da fé, pedem em altos gritos liberdade.

Pedem liberdade—de escravizar o povo, de embrutar a infância e de explorar os crentes até à última moeda e de governarem o México como senhores absolutos e despoticos. Em nome da liberdade protestam contra essa odiosa pretensão. A liberdade não se fez—para o crime nem para o roubo.

#### Questão de feito

O Correio da Manhã não desmentiu que na Batalha tivessem sido publicadas várias cartas de presos sociais contendo reclamações contra várias medidas do dr. sr. Pestana Júnior. Não desmentiu, mas responder-nos que andavam envolvidos em discordâncias motivadas pela questão internacional.

Mas que tem isso que vê com a acusação mentirosa do jornal monárquico? Trata-se dum expediente destinado a mudar o curso da discussão. Lamentamos a tua tempestade nem feito para regatear. Se tivéssemos, respondiamos-lhe...

#### Estudantes pobres

Uma grande comissão de alunos dos liceus esteve na redação de *A Batalha* salvando-a pelo interesse que tem tomado na defesa dos estudantes pobres. Agradecemos a saída, embora em nossa consciência entendamos não ter feito senão o nosso dever moral.

Os intrusos

No passado domingo realizou-se na Associação dos Confeiteiros e Pasteleiros uma sessão solene comemorativa do seu aniversário. Não sabemos por sugestão de quem apareceu nessa reunião um cavalheiro desconhecido vomitando sobre a C. G. T. os piores afeites. Alguém que se encontrava presente, indignado contra a ousadia do intruso, protestou e estranhou que os corpos gerentes daquele organismo consentissem que um indivíduo desconhecido se permitisse insultar o corpo de organização central. Isto mesmo nos foi revelado numa carta que o camarada A. Rocha nos enviou na qual se saúda a C. G. T. e a A. I. T.

#### Suplemento de "A Batalha"

O Suplemento de *A Batalha*, que está obtendo um êxito cada vez mais notável, de dia para dia, vem inserindo presentemente algumas críticas teatrais, devidas à pena do nosso estimado colaborador Jesus Peixoto, que podem considerar-se notáveis, de ligação e de observação. O Diário de Lisboa transcreveu do Suplemento de *A Batalha* de ontem as referências justíssimas que Jesus Peixoto consagraram ao grande ensaíador Araújo Pereira, cujo trabalho de ensenamento no Paralítico, em scena no Nacional, é de facto maravilhoso.

Agradecemos ao Diário de Lisboa a amável transcrição.

Notas & Comentários

— \* —

Duplamente burro

O Portugal lá vinha novamente domingo tratando de assuntos operários. Referia-se agora ao Congresso Operário de Lisboa mas com tal infelicidade que conseguiu o prodigo de dizer em cada linha a bonita soma de dez asneiras.

Toda a gente sabe isto, só na cabeça daquele burro é que não há forma destas comessinhas coisas entrarem. Não seria melhor o Portugal recolher-se à sua insignificância de burro de que estar a incomodar-nos com as suas desmedidas orelhas?...

Muito grave!

decerto estranhariam como nós estranhemos que um jornal monárquico possa atacar livremente várias personalidades de relévo da actual situação política, só por elas não serem tão reacionárias como os partidários do regime deputo pretendem.

Isso é muito grave, tão grave que não nos atrevemos a fazer-lhe o menor comentário...

O direito de asilo

Um fingido correspondente da *Epocha* em Paris mostra-se descontente com o facto de os refugiados políticos que se encontram em França abusarem do direito de asilo.

Não queremos discutir se isso é verdade ou mentira. Pretendemos apenas que a *Epocha* nos diga se os monárquicos que invadiram há anos o país, armados e equi-

peço

N. R.—Sobre Ricciotti Garibaldi pesam

gravíssimas acusações que a serem verdadeiras revelam uma consciência imunda e um caráter torpe. Ricciotti Garibaldi, segundo se depreende dos telegramas recebidos em Lisboa, preparou a revolução ca-

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

TERÇA FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1923

## O Congresso Extraordinário dos Sindicatos Operários de Lisboa terminou os seus trabalhos

A questão da unidade sindical foi relegada a um congresso confederal a reunir extraordinariamente

A situação do inquilinato foi objecto de um longo debate em que se firmaram princípios de igualdade e justiça

■ Domingo último, encerrou-se o Congresso Extraordinário dos Sindicatos Operários de Lisboa. Seguem as notas de reportagem que procurarão dar ao operariado uma noção aproximada do estado de espírito em que o congresso se agitou e das soluções que nessa magna assemblea se ofereceram aos gravíssimos problemas que preocupam o movimento operário.

Às 10 horas abriu a sessão, estando a mesa constituída como na véspera.

José de Sousa, que tinha a palavra reservada, desistiu de prosseguir.

Silvino de Noronha declarou que os sindicatos marítimos aderentes à Federação Marítima dissidente, e confederados, se encontram bem dispostos a uma plataforma na questão da unidade sindical, desde que essa plataforma possa obter um entendimento de todos os sindicatos.

O orador alongou-se na defesa do sindicalismo revolucionário, que em seu entender deve animar-se de ideologia, porque sem ideias nenhum movimento de reivindicações é possível. E acrescentou que se o movimento operário não tivesse homens de ideias, nunca o trabalhador pensaria na origem de todos os seus males. Defendeu a preparação moral e social dos trabalhadores como o melhor recurso para a transformação da sociedade. Concordou com a organização internacional dos trabalhadores sobre a solidariedade de classe e expôs as suas ideias acerca das vantagens de uma organização sindicalista ibérica. Afirmou, por fim, que só a unidade de esforços pode garantir o triunfo do sindicalismo.

Ernesto Bonifácio desmentiu categoricamente que se estesjam produzindo manobras moscovitas nos sindicatos não confederados. Expor o seu critério adverso ao sindicalismo libertário, manifestando paralelamente opinião de que a C. G. T. deve ser, unicamente, sindicalista. A orientação do congresso mereceu palavras de censura, basta que a Câmara readmita aqueles operários que despediu e admita outros, em número suficiente, para as obras que vão realizar-se!

Mais à obra. Os operários desempregados têm fome e demoram a solucionar a miséria desses infelizes!

■ Aos 10 horas abriu a sessão, estando a mesa constituída como na véspera.

José de Sousa, que tinha a palavra reservada, desistiu de prosseguir.

Silvino de Noronha declarou que os sindicatos marítimos aderentes à Federação Marítima dissidente, e confederados, se encontram bem dispostos a uma plataforma na questão da unidade sindical, desde que essa plataforma possa obter um entendimento de todos os sindicatos.

O orador alongou-se na defesa do sindicalismo revolucionário, que em seu entender deve animar-se de ideologia, porque sem ideias nenhum movimento de reivindicações é possível. E acrescentou que se o movimento operário não tivesse homens de ideias, nunca o trabalhador pensaria na origem de todos os seus males. Defendeu a preparação moral e social dos trabalhadores como o melhor recurso para a transformação da sociedade. Concordou com a organização internacional dos trabalhadores sobre a solidariedade de classe e expôs as suas ideias acerca das vantagens de uma organização sindicalista ibérica. Afirmou, por fim, que só a unidade de esforços pode garantir o triunfo do sindicalismo.

Ernesto Bonifácio desmentiu categoricamente que se estesjam produzindo manobras moscovitas nos sindicatos não confederados. Expor o seu critério adverso ao sindicalismo libertário, manifestando paralelamente opinião de que a C. G. T. deve ser, unicamente, sindicalista. A orientação do congresso mereceu palavras de censura, basta que a Câmara readmita aqueles operários que despediu e admita outros, em número suficiente, para as obras que vão realizar-se!

Mais à obra. Os operários desempregados têm fome e demoram a solucionar a miséria desses infelizes!

■ Aos 10 horas abriu a sessão, estando a mesa constituída como na véspera.

José de Sousa, que tinha a palavra reservada, desistiu de prosseguir.

Silvino de Noronha declarou que os sindicatos marítimos aderentes à Federação Marítima dissidente, e confederados, se encontram bem dispostos a uma plataforma na questão da unidade sindical, desde que essa plataforma possa obter um entendimento de todos os sindicatos.

O orador alongou-se na defesa do sindicalismo revolucionário, que em seu entender deve animar-se de ideologia, porque sem ideias nenhum movimento de reivindicações é possível. E acrescentou que se o movimento operário não tivesse homens de ideias, nunca o trabalhador pensaria na origem de todos os seus males. Defendeu a preparação moral e social dos trabalhadores como o melhor recurso para a transformação da sociedade. Concordou com a organização internacional dos trabalhadores sobre a solidariedade de classe e expôs as suas ideias acerca das vantagens de uma organização sindicalista ibérica. Afirmou, por fim, que só a unidade de esforços pode garantir o triunfo do sindicalismo.

Ernesto Bonifácio desmentiu categoricamente que se estesjam produzindo manobras moscovitas nos sindicatos não confederados. Expor o seu critério adverso ao sindicalismo libertário, manifestando paralelamente opinião de que a C. G. T. deve ser, unicamente, sindicalista. A orientação do congresso mereceu palavras de censura, basta que a Câmara readmita aqueles operários que despediu e admita outros, em número suficiente, para as obras que vão realizar-se!

Mais à obra. Os operários desempregados têm fome e demoram a solucionar a miséria desses infelizes!

■ Aos 10 horas abriu a sessão, estando a mesa constituída como na véspera.

José de Sousa, que tinha a palavra reservada, desistiu de prosseguir.

Silvino de Noronha declarou que os sindicatos marítimos aderentes à Federação Marítima dissidente, e confederados, se encontram bem dispostos a uma plataforma na questão da unidade sindical, desde que essa plataforma possa obter um entendimento de todos os sindicatos.

O orador alongou-se na defesa do sindicalismo revolucionário, que em seu entender deve animar-se de ideologia, porque sem ideias nenhum movimento de reivindicações é possível. E acrescentou que se o movimento operário não tivesse homens de ideias, nunca o trabalhador pensaria na origem de todos os seus males. Defendeu a preparação moral e social dos trabalhadores como o melhor recurso para a transformação da sociedade. Concordou com a organização internacional dos trabalhadores sobre a solidariedade de classe e expôs as suas ideias acerca das vantagens de uma organização sindicalista ibérica. Afirmou, por fim, que só a unidade de esforços pode garantir o triunfo do sindicalismo.

Ernesto Bonifácio desmentiu categoricamente que se estesjam produzindo manobras moscovitas nos sindicatos não confederados. Expor o seu critério adverso ao sindicalismo libertário, manifestando paralelamente opinião de que a C. G. T. deve ser, unicamente, sindicalista. A orientação do congresso mereceu palavras de censura, basta que a Câmara

**TEATRO NACIONAL**  
HOJE  
Telef. N. 3049

**COMPANHIA**  
BERTA BIVAR—ALVES DA CUNHA

A 21 horas: representação do sensacional drama em 4 actos  
**O PARALÍTICO**  
peça que todos devem ir ver para apreciar o notável trabalho do ilustre actor  
**ALVES DA CUNHA**  
O mais artístico espetáculo da actualidade

e 4 abstenções que os sindicatos ausentes não tivessem voto contado.

A moção da Construção Civil foi seguimente aprovada por 16 sindicatos. Apresentou um repto.

José de Sousa requereu depois que, apesar para efeito de balanço, se votasse a moção dos sindicatos não confederados. Explicou o seu requerimento com a alegação de desejar conhecer a opinião dos sindicatos.

Silva Campos foi de parecer que essa votação, em todo o caso, desautorizaria a moção já aprovada.

Após troca de explicações o requerimento foi rejeitado por 15 e aprovado por 3 sindicatos.

Todas as outras moções ficaram prejudicadas. Apenas a dos operários do Município foi aprovada na parte que concede seis meses aos sindicatos, que queiram confederar-se novamente, para que regularizem a sua situação perante a C.G.T.

#### Declarações de vários organismos

No momento da votação, vários delegados apresentaram declarações.

#### Da delegação dos Metalúrgicos:

Os delegados metalúrgicos declaram que assinam a moção dos manufaturadores de calçado, atendendo a que a matéria nela contida está em harmonia com a base orgânica da C.G.T., integrada em documentos aprovados pelo nosso sindicato, razão por que julgamos interpretar o sentido do mesmo. Mais declaramos que estamos de acordo com a moção do Sindicato da Construção Civil, porém entendemos que a realização do congresso extraordinário seja subdividida em duas conferências, uma norte e outra sul.

Os delegados metalúrgicos declaram que rejeitam a moção dos empregados no comércio e indústria, porquanto a preconiza imediata e provisoriamente a desligação da A. I. T., ou que, quanto a nós, só será realizável quando os sindicatos sobre tal se pronunciarem, e não neste congresso.

Os delegados metalúrgicos declaram que rejeitam a moção dos organismos não aderentes, não por espírito de oposição, mas unicamente e simplesmente por contribuir em deliberações que só um congresso confederal pode tomar, e por acharmos as moções dos manufaturadores de calçado e construção civil mais consentâneas com a organização.

Da delegação dos Empregados no Comércio e na Indústria:

A delegação do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria, declararam que rejeitou a votação da moção dos delegados dos sindicatos não confederados, pelo simples motivo de terem exposto na sua moção que relegavam os assuntos naquela moção expostos para o Conselho Federal e respectivo Congresso.

A delegação dos Empregados no Comércio e Indústria declara que aprova a moção do Sindicato da Construção Civil, menos no ponto em que preconiza a realização dum congresso extraordinário, em virtude de o considerar inequívoco, por razões de precária situação económica dos sindicatos, pelo que preconiza preferentemente, na sua moção, o referendo. Procedendo assim, vota, dum modo geral, conforme a doutrina da sua moção.

Da delegação dos Manufactores de Calçado:

A delegação dos Manufactores de Calçado declara ter aprovado a moção do Sindicato da Construção Civil por considerar que não consente que o eixo da questão da "Unidade" queira da organização confederal.

#### Da delegação dos Alfaiates:

A delegação dos Alfaiates rejeita por considerar que da sua aprovação não resultaria, dum maneira prática — a efectivação da unidade sindical.

#### Os trabalhos da sessão de encerramento

A sessão da manhã tinha-se encerrado pelas 13 horas e meia. Por indicação do próprio Congresso, pois as sessões não podiam ser mais proteladas por desejo da Sociedade A Voz do Operário, resolvem-se que a sessão de encerramento se efectuasse meia hora depois.

De facto, eram 14 horas e um quarto quando se iniciou a última sessão do congresso. A mesa estava constituída da seguinte forma: presidente, Joaquim de Sousa, secretários, Alberto Monteiro e Jaime Tiago.

Virgílio de Sousa, da comissão de pareceres, procedeu à leitura do

#### Parecer sobre o problema do inquilinato

E' bem árdua a missão que nos confiamos, não só pela falta de condições materiais para a cumprirmos, como pelo curto espaço

(Continua na 4.ª página)

A VENDA a 10.ª SÉRIE

DE OS MISTERIOS DO POVO

Interessante romance histórico profusamente ilustrado desde as primeiras páginas do homem até à revolução francesa.

Assinatura: pelo correio cada série de 10 tomos com cerca de 320 páginas 6500.

Uma obra barata que na gênero se qualifica

#### Uma explicação

Recebemos a seguinte carta:

**Camarada redator:** Tendo chegado ao meu conhecimento que na última sessão do congresso da C. S. T., ao ser dada a palavra à delegação dos Encadernadores, haveria sido afirmado por um dos seus componentes que se "abstinha de votar porque um dos elementos que a compunham tinha em seu poder um documento em que se firmava a sua posição na questão "Unidade Sindical", havia faltado, obedecendo a orientações de tendência", privado assim o congresso de dêle ter conhecimento, peço a V. a rectificação de semelhante afirmação porque sendo eu o portador do dito documento, sou, por certo, o alvejado.

Não compareci às sessões de sábado e domingo por motivo de doença.

Obra de tendência, se ali tóisse na intenção de a fazer, começaria por praticá-la rejeitando esse trabalho uma vez que, com Delfim Pinheiro defendia o ponto de vista da unidade sindical, isoladamente.

O resto são questões a tratar junto da classe dos Encadernadores e Anexos onde, na primeira assembleia que se efectue, farei entrega do referido documento. —António Monteiro.

#### TEATRO SALÃO FOZ

Matinée às 3 h. Soirée às 8,45 h. Últimos espetáculos do actual programa de variedades

#### ROUSSANOWA—DEMINE

Célebres bailarinos russos, que hoje apresentam pela 1.ª vez a DANSA RUSSA

#### ADELINA NAJERA

Eminente estrela do couplet

#### DIAVOLINA

genial bailarina espanhola

No escan. "Como" educar a mulher, 6 actos

Desafio de water-polo Porto Lisboa

Concerto da FOZ—MELODY BAND

Quinta feira, 11: Vette Daurigny, chanteuse francesa, e Carmen Chinchilla, colossal bailarina

#### Feras humanas

#### Um cívico expulso por bater nos presos

Depois de cumprir 30 dias de prisão disciplinar foi ontem expulso da polícia o cívico n.º 391, José Guilherme, acusado de bater nos presos sem motivo que o justificasse.

As agressões a presos no governo civil nestes últimos tempos foram uma coisa odiosa e vulgaríssima. Não era preciso o menor pretexto para se agredir selvaticamente uma criatura que, na maioria dos casos, não tinha praticado qualquer delito que a face das leis burguesas justificasse a sua detenção. Protestamos inúmeras vezes contra essas violências ignóbeis e constatámos que os guardas agressores tinham de lá, havia já muitos e muitos anos, tinham vindo em grandes levas contratados para a colónia de São Tomé e Príncipe; mas, também, não tivemos de esperar muito pela recompensa. Assim que os senhores da agricultura tiveram a sua aura de felicidade, nós, os que nos mantivemos sempre coerentes com a nossa maneira de pensar, fomos todos expulsos por nocivos à colónia. Tem graca, —pois não acham? Expulsos por níveis à colónia!

Os nossos companheiros foram embarcados no vapor Ambaca em princípio de Agosto de 1911 e n.ºs, depois de passarmos muitos amargos de bôca através das florestas da ilha, por se nos tornar insustentável aquela situação, tivemos que nos apresentar, sendo embarcados no vapor Cazengo, em 21 do mesmo mês e ano, de onde vieram para Lisboa.

Verdade seja que nem todos os agricultores têm pela mesma cartilha; tanto em São Tomé como no Príncipe, há os lá que são suportáveis, mas ésses são uma parte mínima, não pertencem à alta agricultura; nem fazem parte da casa Marques de Val-Flor como os srs. Freire de Andrade e dr. José Benevides; nem da casa Ferreira do Amaral; nem da Companhia da Ilha do Príncipe a quem já antes e depois de implantada a República fizemos graves acusações que por isso fôssemos chamados à responsabilidade. Mas os que são mais humanos são uma parte tão diminuta que não podem esboçar um gesto porque, como todos sabem, esta vida é uma cadeia de fusos em que todos os elos têm de se conservar agregados; mas ainda que o tentasse produzir uma gota de água lançada no oceano, os outros ficar-se-iam a rir.

Finalmente: Nós, só em Fevereiro de 1912 pudemos voltar a S. Tomé, quando para ali foi governar a colónia o oficial de marinha senhor Mariano Martins, uma das pessoas mais dignas que pisaram aquela ilha.

As agressões a presos no governo civil nestes últimos tempos foram uma coisa odiosa e vulgaríssima. Não era preciso o menor pretexto para se agredir selvaticamente uma criatura que, na maioria dos casos, não tinha praticado qualquer delito que a face das leis burguesas justificasse a sua detenção. Protestamos inúmeras vezes contra essas violências ignóbeis e constatámos que os guardas agressores tinham de lá, havia já muitos e muitos anos, tinham vindo em grandes levas contratados para a colónia de São Tomé e Príncipe; mas, também, não tivemos de esperar muito pela recompensa. Assim que os senhores da agricultura tiveram a sua aura de felicidade, nós, os que nos mantivemos sempre coerentes com a nossa maneira de pensar, fomos todos expulsos por nocivos à colónia. Tem graca, —pois não acham? Expulsos por níveis à colónia!

Os nossos companheiros foram embarcados no vapor Ambaca em princípio de Agosto de 1911 e n.ºs, depois de passarmos muitos amargos de bôca através das florestas da ilha, por se nos tornar insustentável aquela situação, tivemos que nos apresentar, sendo embarcados no vapor Cazengo, em 21 do mesmo mês e ano, de onde vieram para Lisboa.

Verdade seja que nem todos os agricultores têm pela mesma cartilha; tanto em São Tomé como no Príncipe, há os lá que são suportáveis, mas ésses são uma parte mínima, não pertencem à alta agricultura; nem fazem parte da casa Marques de Val-Flor como os srs. Freire de Andrade e dr. José Benevides; nem da casa Ferreira do Amaral; nem da Companhia da Ilha do Príncipe a quem já antes e depois de implantada a República fizemos graves acusações que por isso fôssemos chamados à responsabilidade. Mas os que são mais humanos são uma parte tão diminuta que não podem esboçar um gesto porque, como todos sabem, esta vida é uma cadeia de fusos em que todos os elos têm de se conservar agregados; mas ainda que o tentasse produzir uma gota de água lançada no oceano, os outros ficar-se-iam a rir.

Finalmente: Nós, só em Fevereiro de 1912 pudemos voltar a S. Tomé, quando para ali foi governar a colónia o oficial de marinha senhor Mariano Martins, uma das pessoas mais dignas que pisaram aquela ilha.

As agressões a presos no governo civil nestes últimos tempos foram uma coisa odiosa e vulgaríssima. Não era preciso o menor pretexto para se agredir selvaticamente uma criatura que, na maioria dos casos, não tinha praticado qualquer delito que a face das leis burguesas justificasse a sua detenção. Protestamos inúmeras vezes contra essas violências ignóbeis e constatámos que os guardas agressores tinham de lá, havia já muitos e muitos anos, tinham vindo em grandes levas contratados para a colónia de São Tomé e Príncipe; mas, também, não tivemos de esperar muito pela recompensa. Assim que os senhores da agricultura tiveram a sua aura de felicidade, nós, os que nos mantivemos sempre coerentes com a nossa maneira de pensar, fomos todos expulsos por nocivos à colónia. Tem graca, —pois não acham? Expulsos por níveis à colónia!

Os nossos companheiros foram embarcados no vapor Ambaca em princípio de Agosto de 1911 e n.ºs, depois de passarmos muitos amargos de bôca através das florestas da ilha, por se nos tornar insustentável aquela situação, tivemos que nos apresentar, sendo embarcados no vapor Cazengo, em 21 do mesmo mês e ano, de onde vieram para Lisboa.

Verdade seja que nem todos os agricultores têm pela mesma cartilha; tanto em São Tomé como no Príncipe, há os lá que são suportáveis, mas ésses são uma parte mínima, não pertencem à alta agricultura; nem fazem parte da casa Marques de Val-Flor como os srs. Freire de Andrade e dr. José Benevides; nem da casa Ferreira do Amaral; nem da Companhia da Ilha do Príncipe a quem já antes e depois de implantada a República fizemos graves acusações que por isso fôssemos chamados à responsabilidade. Mas os que são mais humanos são uma parte tão diminuta que não podem esboçar um gesto porque, como todos sabem, esta vida é uma cadeia de fusos em que todos os elos têm de se conservar agregados; mas ainda que o tentasse produzir uma gota de água lançada no oceano, os outros ficar-se-iam a rir.

Finalmente: Nós, só em Fevereiro de 1912 pudemos voltar a S. Tomé, quando para ali foi governar a colónia o oficial de marinha senhor Mariano Martins, uma das pessoas mais dignas que pisaram aquela ilha.

As agressões a presos no governo civil nestes últimos tempos foram uma coisa odiosa e vulgaríssima. Não era preciso o menor pretexto para se agredir selvaticamente uma criatura que, na maioria dos casos, não tinha praticado qualquer delito que a face das leis burguesas justificasse a sua detenção. Protestamos inúmeras vezes contra essas violências ignóbeis e constatámos que os guardas agressores tinham de lá, havia já muitos e muitos anos, tinham vindo em grandes levas contratados para a colónia de São Tomé e Príncipe; mas, também, não tivemos de esperar muito pela recompensa. Assim que os senhores da agricultura tiveram a sua aura de felicidade, nós, os que nos mantivemos sempre coerentes com a nossa maneira de pensar, fomos todos expulsos por nocivos à colónia. Tem graca, —pois não acham? Expulsos por níveis à colónia!

Os nossos companheiros foram embarcados no vapor Ambaca em princípio de Agosto de 1911 e n.ºs, depois de passarmos muitos amargos de bôca através das florestas da ilha, por se nos tornar insustentável aquela situação, tivemos que nos apresentar, sendo embarcados no vapor Cazengo, em 21 do mesmo mês e ano, de onde vieram para Lisboa.

Verdade seja que nem todos os agricultores têm pela mesma cartilha; tanto em São Tomé como no Príncipe, há os lá que são suportáveis, mas ésses são uma parte mínima, não pertencem à alta agricultura; nem fazem parte da casa Marques de Val-Flor como os srs. Freire de Andrade e dr. José Benevides; nem da casa Ferreira do Amaral; nem da Companhia da Ilha do Príncipe a quem já antes e depois de implantada a República fizemos graves acusações que por isso fôssemos chamados à responsabilidade. Mas os que são mais humanos são uma parte tão diminuta que não podem esboçar um gesto porque, como todos sabem, esta vida é uma cadeia de fusos em que todos os elos têm de se conservar agregados; mas ainda que o tentasse produzir uma gota de água lançada no oceano, os outros ficar-se-iam a rir.

Finalmente: Nós, só em Fevereiro de 1912 pudemos voltar a S. Tomé, quando para ali foi governar a colónia o oficial de marinha senhor Mariano Martins, uma das pessoas mais dignas que pisaram aquela ilha.

As agressões a presos no governo civil nestes últimos tempos foram uma coisa odiosa e vulgaríssima. Não era preciso o menor pretexto para se agredir selvaticamente uma criatura que, na maioria dos casos, não tinha praticado qualquer delito que a face das leis burguesas justificasse a sua detenção. Protestamos inúmeras vezes contra essas violências ignóbeis e constatámos que os guardas agressores tinham de lá, havia já muitos e muitos anos, tinham vindo em grandes levas contratados para a colónia de São Tomé e Príncipe; mas, também, não tivemos de esperar muito pela recompensa. Assim que os senhores da agricultura tiveram a sua aura de felicidade, nós, os que nos mantivemos sempre coerentes com a nossa maneira de pensar, fomos todos expulsos por nocivos à colónia. Tem graca, —pois não acham? Expulsos por níveis à colónia!

Os nossos companheiros foram embarcados no vapor Ambaca em princípio de Agosto de 1911 e n.ºs, depois de passarmos muitos amargos de bôca através das florestas da ilha, por se nos tornar insustentável aquela situação, tivemos que nos apresentar, sendo embarcados no vapor Cazengo, em 21 do mesmo mês e ano, de onde vieram para Lisboa.

Verdade seja que nem todos os agricultores têm pela mesma cartilha; tanto em São Tomé como no Príncipe, há os lá que são suportáveis, mas ésses são uma parte mínima, não pertencem à alta agricultura; nem fazem parte da casa Marques de Val-Flor como os srs. Freire de Andrade e dr. José Benevides; nem da casa Ferreira do Amaral; nem da Companhia da Ilha do Príncipe a quem já antes e depois de implantada a República fizemos graves acusações que por isso fôssemos chamados à responsabilidade. Mas os que são mais humanos são uma parte tão diminuta que não podem esboçar um gesto porque, como todos sabem, esta vida é uma cadeia de fusos em que todos os elos têm de se conservar agregados; mas ainda que o tentasse produzir uma gota de água lançada no oceano, os outros ficar-se-iam a rir.

Finalmente: Nós, só em Fevereiro de 1912 pudemos voltar a S. Tomé, quando para ali foi governar a colónia o oficial de marinha senhor Mariano Martins, uma das pessoas mais dignas que pisaram aquela ilha.

As agressões a presos no governo civil nestes últimos tempos foram uma coisa odiosa e vulgaríssima. Não era preciso o menor pretexto para se agredir selvaticamente uma criatura que, na maioria dos casos, não tinha praticado qualquer delito que a face das leis burguesas justificasse a sua detenção. Protestamos inúmeras vezes contra essas violências ignóbeis e constatámos que os guardas agressores tinham de lá,

## MARCO POSTAL

Porto — Sindicato Único Metalúrgico — Recebemos vale de 57.000. O recibo segue pelo correio. Fica portanto sem efeito a nossa resolução que transmitimos em um postal. Fizemos a mudança conforme nos indicam. Seguem igualmente os jornais de 5 de outubro.

Terrugem — Associação dos Rurais — Recebemos 19.000. Pagou a assinatura até 30 de outubro.

Reguengos — M. Francisco Cortinhal — Recebemos vale de 19.000. Assinatura paga até 30 de outubro.

Figueirinha — J. Henriques — Recebemos 6.500. Assinatura do Suplemento paga até ao final do outubro.

## CAMBIOS

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque	95.000	
Madrid, cheque	2.500	
Paris, cheque	63	
Suíça	27.8	
Bruxelas, cheque	55	
New-York	19.600	
Amsterdão	7.584	
Itália, cheque	385	
Brasil	270	
Praga	58.5	
Suécia, cheque	524	
Austria, cheque	277	
Berlim	4567	

## TEATROS

Nacional — A's 21, 15 — O Paralelo — Avenida — A's 21 — O Pão de Ló.

Trindade — A's 21, 15 — Revue des Reves.

Politeama — A's 21 — Se eu quizesse... São Luis — A's 21 — Maravilhas (La Caressera).

Ginásio — A's 21 — Sonho de uma noite de Agosto.

Apolo — A's 20, 30 e 22, 30 — A Princesa Manequim.

Eden — A's 20, 45 e 22, 45 — Cabaz de Morangos.

Variedades — A's 20, 30 e 22, 45 — Saracote.

Maria Vitória — A's 20, 30 e 22, 30 — Pista.

Coliseu — A's 21 — Companhia de circo.

Salão Foz — A's 15 e 20, 30 — Variedades.

Avenida Parque — Diversões.

## CINEMAS

Tivoli — Avenida da Liberdade — Olimpia — «Matinées» e «soirées» — Salão Central — Praça dos Restauradores.

Chiado — Terrasse — Rua António Maria Cardoso — Cinema Condes — Avenida da Liberdade — Pathé Cinema — Rua Francisco Sanches — Salão Ideal — Rua do Loreto — Eden — Cinema — Rua do Alvito (Alcântara) — Cine Paris — Rua Ferreira Borges — Alhambra — Parque Mayer (Variedades) — Salão Lisboa — (Mouraria) — Cine-Esperança — (Rua da Esperança) — Domingos, terças, quintas e sábados, às 20, 30, animatógrafo.

Salão da Promotora — A's 20 horas.

Policlínica da Rua do Ouro

Entrada: RUA DO CARMO, 98

TELEFONE N. 5333

Medicina, coração e pulmões — Dr. Antônio Narciso — A's 5 horas.

Cirurgia, operações — Dr. Bernardo Vilar — 4 horas.

Kines. — Vias urinárias — Dr. Miguel Magalhães — 10 horas.

Pete e sifilis — Dr. Correia Figueiredo — 11 a 12 horas.

Doenças nervosas, electroterapia — Dr. R. Loff.

Doenças dos olhos — Dr. Mário de Matos — 2 horas.

Gengiva, nariz e ouvidos — Dr. Mário Oliveira — 12 horas.

Estômago e intestinos — Dr. Mendes Belo — 3 horas.

Doenças das membranas — Dr. Emílio Paiva — 2 horas.

Doenças das crianças — Dr. Filipe Manso — 12 horas.

Tratamento de diabetes — Dr. Ernesto Roma — 5 horas.

Doenças e dentes — Dr. Arnaldo Lima — 10 horas.

Cirurgia e auto — Dr. Gabriel do Melo — 1 horas.

Kines. — Dr. Almeida Salgueiro — 4 horas.

Anaestesia — Dr. Gabriel Beato — 4 horas.

FÁBRICA

cladírrios, mosaicos, azulejos, cimento

GOARMON & C.º

Travessa do Corpo Santo, 17 a 19

— TELEF. C. 1244 — LISBOA —

Edições de "A Sementeira"

Prácticas neo-malutianas — \$50

O sentido em que somos anarquistas — \$30

A peste religiosa — \$40

A Liberdade — \$50

A Internacional (música e letra) — \$30

Pedidos a A BATALHA ou no Cais do Sodré, 82

## CONSELHO TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

## "HERPETOL"

— Dá um —  
Alívio instantâneo



Encarrega-se da execução de todos os trabalhos que digam respeito à sua indústria, tais como: edificações, reparações, limpezas, construção de fornos em todos os gêneros, jazigos em todos os gêneros, fogões de sala, xadrez, frentes para estabelecimentos e todos os trabalhos em cantarias e mármores de todas as provéniências.

Telefone — 539 Trindade

Escritório:

Calçada do Combro, 38-A, 2º

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

Sociedade Anónima — Estatutos de 30 de Novembro de 1894

Assembleia Geral Extraordinária dos Srs. Accionistas

Nos termos da 2.ª parte do art. 31.º e seguintes dos Estatutos desta Companhia, aprovados por Alvará de 30 de Novembro de 1894, é convocada a Assembleia Geral Extraordinária dos Srs. Accionistas, possuidores de 100 ou mais ações, segundo os preceitos do mesmo art. 31.º, para se reunir em Lisboa, na sede social, no dia 27 de Novembro de 1920, pelas 14 horas.

ORDEM DO DIA

1.º Deliberar sobre uma proposta do Conselho de Administração para que a Companhia se encarregue da construção da projectada linha de Tomar à Nabrebat;

2.º Autorizar o Conselho de Administração em negociações com o Governo para o estabelecimento do contrato de construção e exploração da linha de Rio Maior e Ramal de Peniche, nos termos do Decreto n.º 12.524, de 22 do corrente, publicado no Diário do Governo n.º 23-I Série, da mesma data.

Para os srs. Accionistas poderem tomar parte nesta Assembleia, devem as «ações nominativas» ter sido averbadas até ao dia 27 de Outubro corrente, inclusivamente, e as «ações ao portador» ter sido depositadas até às 12 horas do dia 12 de Novembro do futuro.

Em Lisboa — Na sede da Companhia; no Banco de Portugal; no Banco Comercial de Lisboa; no Banco Lisboa e Açores; no Banco Nacional Ultramarino; no Monte-Píao Geral; no Credit Franco-Português; e na casa Bancária Fonseca, Santos & Viana. No Porto — Na filial do Banco Nacional Ultramarino.

En Paris — Nas casas do Comptoir National d'Escompte de Paris; do Crédit Lyonnais; da Société Générale de Crédit Industriel e Commercial; da Société Générale pour favoriser le développement du Commerce et de l'Industrie France; da Banque de Paris e dos Pays-Bas; e da Filial do Banco Nacional Ultramarino.

A proposta do Conselho de Administração, a submeter à apreciação da Assembleia Geral que fica convocada, está patente na sede social da Companhia, para ser examinada pelos srs. Accionistas que houverem efectuado o depósito das suas ações.

Os bilhetes de admissão à assembleia geral serão passados pela Comissão Executiva da Companhia, em vista das ações averbadas ou dos recibos dos depósitos das ações ao portador.

A assembleia constituir-se e poderá válidamente deliberar nos termos dos estatutos designadamente Art. 31.º

Lisboa, 27 de Outubro de 1920.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral (a) Carlos Ary Gonçalves dos Santos.

FRANCISCO LATTA

LARGO DO CONDE BARÃO, 55

Tabacaria e Kiosque

Pedidos a:

ISQUEIROS

Tubos, rodas, chaminés, fundos, molas e pedras, a preços resumidos.

FIGUEIRA DA FOZ

A BATALHA vende-se nesta localidade na

barberia de Fimor Ferreira Pinto da Fonseca, na rua da República, 132.

LA NOVELA IDEAL

Acaba de chegar o n.º 33 desta revista

intitulado El drama de un amor vulgar, de J. Rodriguez Aragon. — Preço, \$50.

Pedidos à administração de A Batalha.

## "HERPETOL"

— Dá um —  
Alívio instantâneo



SOPRE DE COMICHA provocado pelo ECZEMA outras DOENÇAS de PELE? A aplicação de umas gotas de HERPETOL fará desaparecer rapidamente a comichão.

O HERPETOL CURA. A atestão temos os inúmeros pedidos recebidos desde que o Herpetol é o único medicamento que tem realçado CURAS MARAVILHOSAS. A ação do HERPETOL é muito poderosa, penetra na pele e ataca os germeiros que se encontram nos tecidos, os quais são a causa de todo o mal. É de um maravilhoso efeito para limpá-la a pele de URTICINHAS, ERUPCOES, MORDESES, SÍFILIS, INSUFLAÇÕES, ECZEMAS, HUMIDO E SECO e RACOS DURADORES.

Não hesite e compre um frasco de HERPETOL, melhor remédio que ate hoje apareceu.

A venda nas principais farmácias e nos depósitos em Lisboa, Rua da Prata, 257, 2º.

Depósito da Covilhã

ROSSIO, 93, 1.º

Telefone N. 4663

Executam-se fatos em 24 horas

Manda amostras para a província e em Lisboa ao domicílio

Grandes lotarias do Natal

a 23 de Dezembro

Prémio maior 4.000.000\$00

imediato 1.200.000\$00

Única lotaria que rivaliza com a lotaria de Espanha

Prémio bilhetes a 1000 ESCUDOS. Milés a 600 escudos e quinhentos 25\$00

Para a província acresce o porte do correio

CAMBIO — Compre e venda os melhores preços do mercado notas, moedas nacionais e estrangeiras e coupons

Pedidos a D. E. Gouvela & Sípia

Suc. Manuel Dias da Silveira Neves

84 — RUA DA ASSUNÇÃO — 86

Próximo à Rua do Ouro

ALIANÇA MUTUALISTA

Liga de Associações de Socorros Mútuos

AVISO

Nos termos da lei, convoco os Srs. Delegados do exercício de 1925 a reunir em Assembleia Geral no próximo dia 12 do corrente na sede desta instituição.

Ordem da Noite

Leitura, discussão e votação do Relatório e Contas da gerência de 1925 e do parecer do Conselho Fiscal.

Se por falta de número a reunião se não efectuar, fica desde já a mesma convocada para o dia 22 do corrente à mesma hora.

Lisboa, Secretaria da Mesa da Assembleia Geral em 8 de Novembro de 1926. — O Presidente da Mesa (a) Adelio Eduardo dos Santos.

ALIANÇA MUTUALISTA

Liga de Associações de Socorros Mútuos

AVISO

# A BATALHA

E' conveniente baixar o preço das propinas a fim de não criar dificuldades nos estudos às classes pobres.

## O Congresso Extraordinário dos Sindicatos Operários de Lisboa encerrou os seus trabalhos com entusiasmo

(Continuação da 1.ª página)

de tempo que nos é dado para esse efeito, em face de tantos documentos enviados à mesa no decorrer da discussão das conclusões da tese sobre o problema do inquilinato, ao que se pode acrescentar ainda a excitação de que todos, mais ou menos, nos encontramos possuídos, ante a discussão do momento problema da "Unidade Sindical".

O congresso na sua apreciação da tese sobre o problema do inquilinato não quis determinar se em apreciar o seu preâmbulo.

Iniciou imediatamente a discussão sobre as suas conclusões divididas em três capítulos: "Direitos do Inquilinato", "Novas construções" e "Organização e Defesa do Inquilinato", mostrando, no decorrer da mesma, especialmente sobre o primeiro capítulo, pôr de parte, na sua quasi totalidade, a matéria contida nos mesmos capítulos das conclusões.

Debaixo dessa impressão, que é fundamental na orientação do desempenho da nossa missão, apreciamos então todos os documentos enviados à mesa do congresso, confrontando-os com as conclusões às quais os mesmos são relativos.

Não perdendo, portanto, tempo em vos demonstrar a importância do problema do inquilinato e da habitação, pois que ela é do conhecimento de todos vós, camaradas congressistas, tratemos em primeiro lugar o capítulo "Direitos do Inquilinato".

Em nosso critério é julgado que esse é também, senão do total, pelo menos da maioria do congresso, absurdo querer a abolição expressa do direito de sublocação pelos locatários, concedendo ao senhorio o direito de directamente alugar a parte de casa ou quartos de que o seu primeiro inquilino não necessitasse ou não pudesse utilizar-se por razões de ordem económica, como pretende a comissão elaboradora da tese nos n.ºs 2, 3, 4 e 5 das conclusões deste capítulo.

Isto representaria, não só o conceder ao senhorio o direito de introduzir em casa de cada qual as pessoas que ele muito bem entendesse, sujeitando desta forma a uma vida em comum, por assim dizer, o inquilino, sem direito a este da escolha preferente, do que poderia resultar mais prováveis desentendimentos futuros, com todas as suas consequências, funestas por vezes, como ainda, tal facto, representaria para o senhorio uma mais vasta possibilidade de mais elevadas rendas pela sua divisão.

Há, sim, em nosso critério, que exigir para o hóspede as mesmas garantias de segurança da estabilidade de residência que possuem hoje em dia, se bem que não ainda de um modo absoluto, os inquilinos propriamente ditos, assim como medidas encréticas contra o espírito de ganância da parte da maioria dos inquilinos-neo-senhorios.

Acresce ainda que a quasi totalidade das pessoas ou famílias que alugam quartos para sua habitação, fazem-no com estes mobiliados e nem os senhorios quereriam nem poderiam lógicamente exigir deles o aluguer de habitações mobiliadas, forçando-os à qualidade de hoteleiros, unicamente para atender às necessidades e conveniências dos seus inquilinos.

Um ponto há que nos parece de bastante importância — o trespasso. Em nosso critério deve exigir-se que não seja permitida a continuação do trespasso, quer por parte do senhorio, quer por parte do inquilino, nem qualquer transacção que, embora com base fisticamente diferente, encubra no entanto objectivo idêntico do trespasso propriamente dito, tal como a obrigação da compra de oleados, instalações eléctricas, etc., que se observa basta vez por preços exageradíssimos, manifestações da ignorância exploração por parte dos inquilinos, por vezes em mais vasta escala do que por parte dos senhorios.

Para não tomarmos mais tempo ao congresso em considerações que estão por certo no espírito de todos os congressistas, passamos a apresentar-vos conclusões positivas sobre este assunto, que sirvam de ponto de partida à ação a realizar imediatamente pela Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, sem prejuízo da sua posição revolucionária e social, as quais consistem, neste capítulo, em reclamar do governo o seu

librio económico do país, do qual somos nós — os operários — as vítimas.

Devemos sim reclamar a abertura de créditos indispensáveis para essas construções sem curvarmos de apresentar uma idéia que posta em execução se vem reflectir numa maneira desagradável em nós.

Outrossim não reconhecemos de boa lógica preconizar-se o lançamento de impostos, ao contrário do critério da comissão no n.º 12 deste capítulo, antes sim, preconizamos e reconhecemos como boa a expropriação pura e simples dos terrenos para construções não utilizados pelos seus proprietários.

Di isto entramos imediatamente nas conclusões que nos parecem mais consentâneas com o sentir do congresso através das suas manifestações sobre este capítulo, as quais consistem em reclamar do governo o seu seguinte:

1.º — Abertura de créditos destinados a essas construções.

2.º — Isenção de contribuições e impostos sobre essas habitações e de imposto de importação e demais direitos alfandegários sobre o material a importar destinado à construção dessas casas, que o país não possua.

3.º — A expropriação pura e simples de todos os terrenos considerados necessários para a construção dessas habitações, que não sejam utilizados para esse efeito pelos seus actuais proprietários, segundo as leis de 23 de Junho de 1850 e de 26 de Julho de 1912.

5.º — Que essas construções, quer sejam feitas pelo Estado, Câmaras Municipais ou empresas particulares, sejam fiscalizadas, profissionalmente, por elementos de confiança dos operários da Indústria da Construção, e por este nomeados, ficando as despesas com essa fiscalização a cargo dos mesmos Sindicatos.

6.º — Que force os proprietários ao pagamento dos prédios que em Lisboa se encontram por concluir e em caso de recusa que passe à sua expropriação e acabamento por sua conta.

7.º — Que o governo isente de contribuição de registo por título oneroso na primeira transmissão de prédios urbanos, de modo a facilitar a sua transacção e as vendas de terrenos destinados à construção de prédios urbanos, sob a condição de que a construção se inicie num prazo que não deverá ir além de 60 dias e o prédio seja considerado habitável dentro de 360 dias contados da data da transacção do terreno, isentando também de contribuição predial, por um prazo não inferior a 12 anos, todos os prédios que, destinados à habitação, de futuro forem construídos ou concluídos.

8.º — Que o governo procure junto das direcções das rédes ferroviárias do país, a redução de 50% nos transportes de materiais destinados à construção de prédios urbanos, iniciando essa medida de protecção nas linhas do Estado.

Passemos agora ao capítulo "Organização e Defesa do Inquilinato":

São impossíveis considerações longas. E' nosso parecer que a C. S. T. de Lisboa, procurando atrair todos os organismos que se proponham à defesa do inquilinato, deve constituir uma comissão especial e permanente que estude e realize a ação de defesa do inquilinato que as circunstâncias determinam e imponham, cuja principal missão é criar no seio dos inquilinos o espírito de reacção e luta contra os desmanes dos senhorios.

Eis o que se nos oferece sobre a tese "Problema do Inquilinato", sem qualquer sombra de desconsideração pelo trabalho do seu relator, que demonstrou boa vontade em procurar uma solução a tão magno problema, a quem esta comissão não regatava as suas homenagens pelo esforço empregado.

Aproveitamos da tese aquela que vimos em matéria de conclusões, não ter merecido relutância da parte do congresso e aproveitamos também a parte dos documentos enviados à mesa que observamos serem mais simpáticos ao mesmo congresso, introduzindo as alterações que nos pareceram convenientes.

Para finalizar, porque consideramos que a característica deste problema é nacional, reconhecemos a conveniência da C. G. T. orientar superiormente o movimento preconizado neste parecer.

As nossas saudações, pois, camaradas, manifestou a sua total discordância com o critério do delegado das J. S. Referiu-se a uma omissão no parecer, feita a propósito dos Mobilários. Por último, enumerou os inconvenientes das associações de inquilinos que podem albergar inimigos dos inquilinos.

Veloso de Lima, da comissão de pareceres, defendeu os pontos do seu relatório, que não é mais vasto, disse, por não haver confiança em determinados elementos.

Finda a inscrição, votou-se nominalmente o parecer, que foi aprovado por 15 votos e rejeitado por 2, apena.

O parecer sobre inquilinato foi aprovado por maioria

Manuel Nunes, abordando o assunto, manifestou a sua total discordância com o critério do delegado das J. S. Referiu-se a uma omissão no parecer, feita a propósito dos Mobilários. Por último, enumerou os inconvenientes das associações de inquilinos que podem albergar inimigos dos inquilinos.

Veloso de Lima, da comissão de pareceres, defendeu os pontos do seu relatório, que não é mais vasto, disse, por não haver confiança em determinados elementos.

Finda a inscrição, votou-se nominalmente o parecer, que foi aprovado por 15 votos e rejeitado por 2, apena.

O parecer da comissão administrativa da C. S. T.

Procedeu-se à eleição da comissão administrativa da Câmara Sindical do Trabalho. Em votação nominal foram eleitos os seguintes camaradas: secretário geral, Silva Campos, dos Manufactores de Calçado; secretário adjunto, António Vicente, dos Metalúrgicos; secretário administrativo, Alvaro Machado, dos Compositores Tipográficos; secretário arquivista, Francisco Fernandes, da Construção Civil; tesoureiro, Alvaro da Costa, Ramos, do Pessoal de Câmaras.

Esta lista foi aprovada por 15 sindicatos e rejeitada por 1, havendo ainda uma abstenção.

Como refúgio da crise de trabalho os operários só têm as obras públicas, que para quem quer trabalhar o mesmo é dito por ela, houve ruidosos protestos e reagruparam-se incidentes.

Alfredo Lopes afirmou que o seu organismo já tem definido o seu ponto de vista neste problema tão grave. O sindicato tem a função de defesa económica de toda a classe, hoje a mais afectada pela crise de trabalho. Não podia, pois, apresentar o seu sindicato opiniões diferentes da que tem defendido.

Como refúgio da crise de trabalho os operários só têm as obras públicas, que para quem quer trabalhar o mesmo é dito por ela, houve ruidosos protestos e reagruparam-se incidentes.

Como refúgio da crise de trabalho os operários só têm as obras públicas, que para quem quer trabalhar o mesmo é dito por ela, houve ruidosos protestos e reagruparam-se incidentes.

Como refúgio da crise de trabalho os operários só têm as obras públicas, que para quem quer trabalhar o mesmo é dito por ela, houve ruidosos protestos e reagruparam-se incidentes.

Existem em Lisboa 247 prédios por concluir, porque os seus proprietários não têm recursos e porque os capitalistas não querem financiar as obras, visto o seu egoísmo aconselhar a não arriscar capitais.

A solução do assunto não está na tomada das obras, visto que o operário ainda não possui uma organização social e económica que garanta o êxito da missão. O delegado da F. J. S. que prove o contrário.

O que se torna urgente é combater a crise de trabalho que lança numerosas classes na miséria, especialmente, as da construção civil. O operário ainda não está apto a tomar conta dos destinos sociais. Mas as reclamações que o operário da construção civil apresenta não significam desvios da sua orientação revolucionária.

Afaco vigorosamente as opiniões do delegado da F. J. S., só entendendo que as J. S. tenham aproveitado o ensejo para uma propaganda das suas ideias, ainda que se tivessem esquecido da miséria que sofrem as vítimas das crises de trabalho.

Ernesto Bonifácio, relator da tese, manifestou o seu desacordo com a opinião do delegado da F. J. S., a qual atribui à falta de responsabilidades na vida e desconhecimento prático do assunto. Os interesses das classes devem ser a preocupação d'este congresso, e não a ideologia das J. S.

O orador defendeu a seguir a tese do inquilinato, considerando-a justa por indicar o caminho prático para a garantia do hóspede e do inquilino. O inquilino deve ter cortado o direito de sub-alugar a casa e o hóspede deve estar, legalmente, em pé de igualdade com o inquilino. O senhorio tem o maior interesse em permitir a existência de hóspedes, porque isso lhe favorece os aumentos constantes das rendas.

O orador discorda igualmente do critério dos delegados da construção civil, por favorecer o desenvolvimento da propriedade privada.

Alberto Monteiro requereu que se desse a matéria por discutida sem prejuízo dos oradores inscritos. Aprovado.

Silva Campos considerou o parecer muito deficiente. Protestou contra o facto de o parecer não se referir à moção dos Manufactores de Calçado.

O estranho desaparecimento de uma moção provocou um longo incidente

Júlio Luís, da comissão de pareceres, informou que a moção não lhe foi entregue, nem sabendo do seu destino.

Virgílio de Sousa, da referida comissão, fez semelhantes declarações, acrescentando que o mesmo documento não serviria de base por causa de uma manifestação do congresso.

Júlio Luís voltou a fazer considerações sobre o desaparecimento da moção.

Os delegados dos fabricantes de calçado protestaram violentamente contra este facto.

Veloso de Lima, da comissão de pareceres, também deu várias explicações, dizendo que havia a intenção de pedir uma cópia do documento desaparecido. Trocaram-se demoradas explicações, havendo prolongados protestos e comentários.

A mesma delegação apresentou ainda o seguinte protesto:

«O Congresso Operário da Câmara Sindical do Trabalho, ao passar o dia glorioso de 7 de Novembro, data em que o proletariado russo, num impeto de justificada revolta e ansia de liberdade, abateu o regime de tirania e opressão tsarista que o jugava e atrofia as suas faculdades para o progresso económico e social, abalando fortemente os injustificados privilégios da sociedade capitalista internacional;

«Saúda-o e faz ardentes votos pelos seus constantes progressos científicos, económicos e sociais»;

Esta moção provocou manifestações dos grupos análogos do Congresso. Houve gritos de aclamação, segundo a opinião de cada congressista, tudo serenando sem incidente maior.

A delegação dos Metalúrgicos apresenta o seguinte protesto:

«Os delegados do Sindicato Metalúrgico propõem para que o Congresso proteste contra o despedimento dos operários do Município, lançando-os na miséria num momento em que a crise de trabalho na indústria particular assola os trabalhadores portugueses».

A mesma delegação apresentou ainda o seguinte protesto:

«O Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, em sua sessão de encerramento, protesta contra a forma anti-sindical como alguns condutores da Carris, têm tratado os seus camaradas vendedores de jornais, o que tem levado a conflitos lamentáveis, esquecendo assim o elo de solidariedade, que como trabalhadores devem manter entre si, ligando-se criminalmente aos seus exploradores, para aniquilar as regalias daquelas camaradas».

Então o presidente manifestou a sua impressão de não haver propósito reservado no desaparecimento.

Neste momento, Gomes de Amaral, da comissão organizadora, declarou-se o responsável involuntário do desaparecimento, e garantiu que nenhuma má intenção teve, e que o desaparecimento deu-se num momento de confusão no congresso.

Silva Campos declarou depois não haver uma cópia do documento. Protestou contra o facto de não ter sido entregue o documento à comissão de pareceres. José de Sousa também produziu considerações de protesto, exigindo que o congresso secunde o protesto contra o desaparecimento da moção.

Veloso de Lima, da comissão de pareceres, defendeu os pontos do seu relatório, que não é mais vasto, disse, por não haver confiança em determinados elementos.

Finda a inscrição, votou-se nominalmente o parecer, que foi aprovado por 15 votos e rejeitado por 2, apena.

O discurso do delegado da C. G. T.

Luis Gonzaga, delegado da C. G. T., pronunciou o seu discurso.

Apreciou a marcha do congresso, no qual não manifestou uma opinião só por muito respeitar a autonomia sindical. A C. G. T. não fugiu uma única vez à direcção marcada pelos congressos. A discussão da tese "Unidade Sindical" mostrou que a C. G. T. tem mantido uma linha recta, quer na questão internacional quer na orientação sindicalista.

Os delegados consultivos tiveram a habilidade de mascarar a complexa questão da unidade sindical, a fim de ganharem êxito no seu desígnio. Ao mesmo tempo, que o congresso não quis ou não soube realizar a unidade sindical.

Vai reafirmar o conselho confederal e lá nos veremos todos.

A resolução sobre a realização de um congresso extraordinário não prima por lógica ou bom senso. Faz votos porque as resoluções do congresso não inutilizem as resoluções anteriores.

Possessou a série dos discursos.

António Costa manifestou o seu critério quanto aos problemas que inquietam a organização operária.

Eduardo Jorge patenteou votos porque no futuro se consigam excelentes resultados.

Domingos Gonçalves manifestou as suas convicções e protestou contra a intolerância de vários delegados.

Silva Campos, mostrando-se maguado com expressões menos respeitosas que lhe dirigiram alguns delegados, afirmou a sua sinceridade de militante revolucionário.

José Augusto Machado mostrou-se pesaroso porque deste congresso saem duas facções que na organização operária vão continuar a luta e manifestou o seu veemente desejo de que a harmonia regresse.

Diamantino do Nascimento, em nome de A Voz do Operário, saudou os congressistas.

Finalmente, Joaquim de Sousa, como presidente, manifestou a sua mágoa pela forma como decorreu este congresso, que reflectiu a intolerância e a desunião que muito prejudicam a marcha do sindicalismo revolucionário.